

## Projeto de pesquisa na pós-graduação em Direito

Ana Luísa Celino Coutinho\*

Fredys Orlando Sorto\*\*

RESUMO. O presente artigo cuida, de maneira geral, da importância da elaboração do projeto de pesquisa como pressuposto obrigatório na consecução da dissertação ou tese. No texto analisam-se as etapas que compõem o projeto, demonstrando como cada uma dessas etapas contribui para concretizar a finalidade primeira do projeto, que é garantir o caráter científico ao trabalho acadêmico, mediante a organização da pesquisa.

*Palavras-chave:* Projeto de pesquisa. Metodologia científica. Pós-Graduação em Direito.

### Introdução

Fazer um plano preliminar de estudo ou um projeto de pesquisa não é tarefa fácil, principalmente na área do Direito, a qual é, se comparada com outras áreas, historicamente pouco dada ao rigor metodológico e portanto, com raras exceções, sem tradição no campo da pesquisa. Felizmente, de uns tempos para cá essa não é mais a realidade da área jurídica. Os vários programas de incentivo à pesquisa criados em época recente, os quais começam mesmo na graduação, contribuem largamente para imprimir à área o necessário e desejável rigor científico.

Considere-se também que hoje em dia a simples obtenção de diploma de curso superior não significa completude na formação acadêmica, visto que novos e

---

\* Mestra e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

\*\* Mestre em Direito Internacional e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

renovados caminhos de aperfeiçoamento científico abrem-se em virtude das exigências da sociedade e do mercado. Nesse sentido apontam as diversas especialidades dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos pelas universidades, que tentam dar conta dessas demandas. Assim, quem quiser obter conhecimentos especializados, nas diferentes áreas do saber, deve preparar-se adequadamente para disputar as vagas oferecidas nos processos seletivos que conduzem aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A preparação para essa fase inicial é crucial e indispensável. Partindo de um problema específico a ser pesquisado, antes de elaborar o projeto de pesquisa, o candidato precisa ler muito a respeito do tema que pretende desenvolver, depois reúne as informações, verifica o estado atual do assunto na área pretendida e começa a elaboração do projeto de pesquisa (ou plano preliminar de dissertação ou tese).

Além disso, o ingresso no competitivo mercado de trabalho atual, dominado pela tecnologia e pelo aparecimento de novas áreas técnicas, exige conhecimento acadêmico especializado, quase sempre adquirido nas universidades. Não é demais observar que se as áreas técnicas precisam de mão-de-obra altamente qualificada, o Direito não pode nem deve ficar à margem dessas mudanças, pois o jurista será, mais cedo ou mais tarde, chamado a participar na orientação e na resolução dos problemas jurídicos.

O projeto de pesquisa é desta sorte o passo vestibular para entrar porta adentro na qualificação acadêmica na área jurídica. O candidato precisa então selecionar a pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado) num dos Programas reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Brasil ou num dos cursos de pós-graduação, de reconhecida excelência, oferecidos no exterior.

Há quem pense que projeto de pesquisa se faz do dia para a noite, que se faz de repente, depois de pensar muito num tema interessante, sem leitura alguma. Não é verdade. Elaborar as diferentes partes de um projeto custa muito, gasta-se

bastante tempo em levantamento de dados, em leituras, na preparação do texto, pois não basta encontrar um tema irresistível e “metê-lo” num dos modelos que vêm nos livros de metodologia da pesquisa. É preciso que o projeto tenha a forma exigida do ponto de vista metodológico e que ao mesmo tempo traga contribuições efetivas no marco da pesquisa científica.

O presente texto tem por finalidade tornar públicas certas idéias firmadas durante o longo trabalho de docência e de orientação realizado pelos autores na graduação e na pós-graduação na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

## **1 - Pós-Graduação e desenvolvimento científico: avanços e desafios**

No que tange à pesquisa científica na área jurídica, um rápido levantamento demonstra que o marco inicial da pós-graduação *stricto sensu* é bastante recente no país. De modo que no Direito, mesmo com todo o seu ranço formalista e a sua linguagem empolada, começa muito tardiamente a preocupar-se com o caráter científico da produção intelectual. Trata-se de grande marco, sem dúvida. Pois o discurso científico exige clareza, precisão conceitual, formulação de problemas, de hipóteses, de proposições, de soluções. As dissertações e as teses exigem que sejam pensadas e feitas observando métodos de abordagem e de procedimento, bem como o domínio de certas técnicas de pesquisa que dão ao trabalho, ao cabo de tudo, esse caráter dito científico.

Como já dito, a instituição da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil data de poucas décadas. Meio século atrás somente grandes nomes da literatura jurídica produziam, à sua maneira, monografias, manuais e obras pretensamente científicas. Atualmente, a realidade é bem outra, visto que proliferam monografias e teses oriundas dos diversos programas de pós-graduação espalhados pelo país, cujas temáticas trazem novas

luzes para iluminar os problemas e as soluções no mundo jurídico.

Com efeito, os primeiros cursos de mestrado e de doutorado datam de 1971, na Universidade de São Paulo (USP). Dois anos depois, vem os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), também nos dois níveis. No Nordeste, a pós-graduação *stricto sensu* começa em 1972, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas apenas em nível de mestrado. O doutorado na UFPE é instituído somente em 1996. Atualmente há no Nordeste três programas de doutorado (UFPE, UFBA e UNIFOR) e oito programas de mestrado distribuídos por seis Estados. O Programa da Universidade Federal da Paraíba começou a funcionar em 1996, com área de concentração em Direito econômico, depois foi implantada mais uma área, a de Direitos humanos. Até o presente momento, somente três Estados carecem de pós-graduação *stricto sensu* na área jurídica: Maranhão, Piauí e Sergipe.

Importa muito destacar a grande importância que tem essa inserção dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Nordeste, bem como nas outras regiões da Federação, naturalmente. Essa salutar descentralização é de grande relevo para a pesquisa fora do eixo Sudeste-Sul. Isso pode ser aferido pela imensa produção de trabalhos concluídos nos Programas (teses e principalmente dissertações), não raro publicados, pela organização de livros e pela criação de periódicos científicos de qualidade, no caso da UFPB há dois periódicos: *Prima Facie* (virtual) e *Verba Juris* (impresso).

Assim sendo, não há negar a enorme relevância que o Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, da UFPB, tem como centro produtor de conhecimento científico e por conseguinte como formador de quadros qualificados. Ao lado disso, é escusado dizer que essa importância é redobrada no caso paraibano pelo fato de o Programa ser ainda o único credenciado pela CAPES na Paraíba e pelo fato de ser o referido Estado carente de quadros técnicos na área jurídica.

Naturalmente, a manutenção de Programas em ascensão, como o da UFPB, é difícil. Faltam verbas para a

editoração dos periódicos, faltam funcionários qualificados para auxiliar nas inúmeras tarefas. Há exigências demais para dar conta e carências na mesma proporção. Para complicar, há decisões externas ao Programa que afetam o trabalho desenvolvido, em virtude de exigências insustentáveis para a realidade local, quando não intransponíveis para Programas pequenos e novos.

## **2 - Metodologia científica na área jurídica**

Não seria demais afirmar que no Direito passou-se da pouca tradição em pesquisa à forte disciplina no assunto. Muitos dos alunos que ingressam no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPB são oriundos da própria Faculdade e já trazem boa experiência pois foram durante anos bolsistas, chegando inclusive a fazer pesquisas com os docentes do próprio Programa. Na atualidade, são variadas as vias ofertadas em pesquisa ao aluno de Direito na graduação. Dentre as várias oportunidades oferecidas ao graduando merece destaque o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual o candidato selecionado obtém bolsa para fazer a pesquisa. Merece menção também a Monografia Jurídica. Contudo, pelo fato de ela ser de exigência universal, embora haja de fato ótimas monografias, nem sempre o resultado é satisfatório pois há os que a fazem apenas para cumprir com a exigência acadêmica.

Finalmente, como já observado, o projeto de pesquisa, ou plano preliminar de dissertação, deve ser apresentado por todos os candidatos que disputam as vagas no Programa de Pós-Graduação em Direito. O maior problema é que grande parte desses candidatos, que se submete ao processo de seleção anual, faz tempo que saiu da Graduação. Assim, embora com ótimo nível intelectual na área em que atuam e com experiência profissional, eles não sabem bem como fazer um bom projeto. Isso se deve em grande medida ao fato de na época em que concluíram o curso de graduação não haver nem PIBIC nem exigência de monografia jurídica.

Certos candidatos procuram os docentes do Programa na tentativa de obter ajuda na elaboração do Projeto. Trata-se na verdade, em alguns casos, de expediente bastante constrangedor, pois são ex-alunos ou conhecidos que imaginam que há essa obrigatoriedade de orientação prévia. O certo é que não se deve orientar previamente ninguém por questões de isonomia e de ética profissional. Na fase inicial, a obrigatoriedade pela elaboração do referido instrumento é de responsabilidade exclusiva do candidato.

Caberia indagar, então, por que geralmente o candidato não sabe fazer corretamente um Projeto de pesquisa? Várias podem ser as razões. Algumas delas são estas: 1) porque não adquiriu essa experiência durante o curso de Graduação; 2) porque o tema escolhido é muito amplo e não sabe bem o que é preciso ler para dar conta da tarefa; 3) porque mesmo havendo vasto material pensa que projeto se faz sem leituras. Podem ser outras causas, é claro, mas não ter experiência em pesquisa, escolher tema amplo demais e não ler o mínimo necessário são fatores que contribuem decididamente para o fracasso de qualquer projeto.

Que cuidados deve tomar o candidato antes de escolher o tema? Primeiro deve verificar se o tema do pretendido projeto já foi objeto de pesquisa no programa de pós-graduação no qual deseja ingressar. Nesse caso, procurar outro tema é a saída, ou, se quiser, pode continuar na mesma temática desde que tenha em conta que o enfoque deve ser outro. Assim, por exemplo, poderá delimitar ainda mais o objeto e desenvolver um ponto específico não abordado na pesquisa anterior. Em segundo lugar, o candidato deve ter o cuidado de observar quais são as linhas de pesquisa oferecidas pelo Programa e vincular o projeto à linha de pesquisa pertinente. Se não o fizer, o candidato pode inclusive ter um bom projeto mas sem espaço na mencionada linha, o que levará fatalmente à exclusão por falta de vínculo com as linhas de pesquisa do Programa. Em terceiro lugar, é preferível e recomendado que o Programa facilite que o candidato, além de poder selecionar a linha de pesquisa, também possa escolher o orientador com quem deseja

trabalhar. Isto é muito importante, já que muitas vezes o candidato conhece o possível orientador desde a graduação, desejando realizar com ele determinada pesquisa também em nível de pós-graduação.

Antes de tratar de maneira técnica e pormenorizada da elaboração do projeto de pesquisa, convém observar cuidadosamente determinadas qualidades e/ou condições imprescindíveis, que todo bom projeto deve ter. De sorte que o êxito da pretensão do candidato pode ser determinada realmente pela cabal observância dessas qualidades. Vale lembrar, que as observações aqui expostas se referem mormente a projetos da área jurídica.

Em primeiro lugar vem a *forma*. Trata-se aqui do diálogo entre as partes e dos aspectos gerais do projeto, tais como a ordenação adequada das seções, a relação das partes constitutivas e a maneira como é elaborada a introdução. Esta deve obrigatoriamente dar conta de maneira direta, concisa e panorâmica do tema proposto. Quanto à relação das partes, é preciso que o título esteja devidamente explicitado e delimitado na introdução, que o problema esteja intimamente relacionado com o título e com os objetivos, que estes tenham, caso haja sumário provisório, correspondência com as partes ou capítulos do trabalho final.

Em segundo lugar está a *qualidade*. Trata-se mesmo da essência do projeto, isto é, do grau negativo ou positivo de excelência. Assim, não basta a ordenação adequada das partes, é preciso ainda que o objeto da pesquisa seja relevante e que o conteúdo seja tratado com profundidade. É igualmente necessário que cada uma das partes do projeto seja otimizada, que dê conta com folga do seu propósito. Aspecto crucial aqui é o da cientificidade, que passa inexoravelmente pelo respeito e cumprimento rigoroso dos aspectos metodológicos. Mede-se a qualidade do projeto também pela importância das referências, notadamente as bibliográficas. Projetos com referências apenas monolíngües não causam boa impressão.

Em terceiro lugar, mencione-se a *originalidade*. Não faça inadvertidamente projetos de pesquisa de assuntos muito

batidos, destituídos de interesse científico, ou intempestivos. Lembre-se também que todo projeto de pesquisa é único, portador de especificidades que o diferenciam de outros que tais.

Em quarto e último lugar, está o *interesse* das partes envolvidas. Refere-se isso principalmente ao Programa e ao orientador, bem como ao próprio candidato, é claro. Recorde-se, ainda, que todo projeto é um empreendimento a ser realizado, não se trata de algo acabado, definitivo. De modo que sempre são necessários ajustes, tarefa na qual o orientador desempenha papel de grande relevo.

Nas seções subseqüentes serão abordados detalhadamente, dentre outras coisas, os pontos mais técnicos no que tange à elaboração de um projeto de pesquisa satisfatório e adequado às exigências da pós-graduação em Direito.

### **3 - Por que se faz um projeto de pesquisa?**

O projeto de pesquisa tem sido um dos requisitos principais, se não o requisito principal para ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Não se pretende aqui discutir, obviamente, a exigência desse requisito para quem pretende dar continuidade aos estudos para além da graduação, até porque se concorda inteiramente com ela. A despeito do objetivo pragmático de atender aos requisitos de seleção, por que se faz um projeto de pesquisa?

A resposta a esta pergunta passa necessariamente pela determinação da função do projeto, ou seja, a justificativa da necessidade de se fazer um projeto está vinculada à análise da finalidade do projeto que, em última instância, atinge a questão da utilidade e da serventia. É o mesmo que perguntar para que serve o projeto de pesquisa. Uma das formas de chegar à resposta a esta indagação é mediante a investigação conceitual. Isso porque, para grande parte dos autores, o conceito de projeto de pesquisa está diretamente relacionado à sua



finalidade. Pode se dizer, então, que a finalidade do projeto é elemento conceitual.

O projeto é uma das fases componentes do processo de elaboração, execução e apresentação da pesquisa. Esta precisa ser planejada com extremo rigor; caso contrário, o investigador, em determinada altura, perder-se-á num emaranhado de dados colhidos, sem saber dispor deles ou até desconhecendo o seu significado e importância. (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 99).

Não é pacífico os entendimentos dos autores acerca do que seja projeto de pesquisa e da forma como ele deve ser estruturado. Pereira Gonçalves entende o projeto de pesquisa como a apresentação organizada do conjunto de decisões que se tomou em relação à investigação científica que se pretende realizar. (2005, p. 11). No entender de Eduardo Bittar (2002, p. 197), o projeto será o guia das atividades durante a realização da pesquisa. Já Eduardo de Oliveira Leite (2001, p. 123), por sua vez, conceitua plano, ou projeto, como o arranjo ou a disposição de uma obra. É a organização de suas etapas, elaboradas antes e durante a redação.

Percebe-se pela rápida análise dos conceitos apresentados que o projeto está ligado à organização, à arrumação, ao planejamento, ao guia da pesquisa científica. Portanto, a finalidade precípua do projeto é planejar e organizar a pesquisa.

Boa parte dos que se dedica ao estudo do projeto de pesquisa, como instrumento viabilizador da pesquisa científica, identifica a mutabilidade como uma das suas principais características. (GONSALVES, 2005, p. 12; LEITE, 2000, p. 124; BARRAL, 2003, p. 64). Se o projeto é guia de quem pretende desenvolver um trabalho científico; e se os estudos e a pesquisa de determinado tema estão em constante aprofundamento e evolução, nada mais natural então que a possibilidade de mudança do próprio projeto. Weber Barral nomeia esta característica de adaptabilidade (2003, p. 64). Essa mutabilidade do projeto deve ser entendida no sentido de adequar o projeto visando garantir a sua exequibilidade. Visto que, se modificado completamente o projeto de pesquisa desde o tema, ter-se-á

como resultado outro projeto, o que implica que o tempo, os esforços e as leituras foram desperdiçados (fala-se especificamente em relação ao novo tema escolhido e ao novo projeto a ser desenvolvido).

Para entender melhor a característica da mutabilidade do projeto é preciso relacioná-lo à pesquisa e ao trabalho científico final e analisá-lo na perspectiva temporal. O estudo prévio e a leitura inicial de várias obras e de artigos de periódicos tem de ser necessariamente empreendidos para elaborar o projeto de pesquisa. Portanto, o projeto se situa posteriormente à pesquisa inicial. Após a aprovação do projeto, deve-se aprofundar a pesquisa, vez que a pesquisa inicial é insuficiente para a redação do trabalho final. Ao passo que se vai avançando no trabalho, novas informações vão se somando ao conhecimento do pesquisador, o que provavelmente implicará em algumas mudanças no projeto; mudanças que podem dizer respeito ao problema, às hipóteses, aos objetivos, à justificativa, à metodologia e necessariamente à fundamentação teórica. Por isso, a mutabilidade é uma característica intrínseca ao projeto. Após a coleta de dados, o pesquisador deve possuir informações suficientes para redigir o trabalho científico.

O projeto difere do sumário provisório pois este corresponde a um mapa, um roteiro, à descrição das partes do trabalho e à ordem em que cada uma deve ser desenvolvida. Eduardo de Oliveira Leite (2001, p. 123) nomeia sumário provisório de “plano”. Segundo ele, “plano” é o arranjo, a disposição de uma obra. O projeto de pesquisa indica a diretriz que deve seguir o pesquisador para concretizar o objetivo da pesquisa previsto no próprio projeto. Ele traça linhas gerais, um esboço para que o pesquisador não se perca em meio à imensa coleta de dados que vai empreender.

Ao se fazer uma analogia do projeto de pesquisa com um objeto, pode ele ser comparado a uma bússola que aponta a direção para onde deve seguir o pesquisador. O rumo determinado pelo projeto para a pesquisa é fruto das escolhas do próprio pesquisador ao elaborar as fases do projeto, tais como o problema, os objetivos, a hipótese. Há influência mútua:

o projeto determina as escolhas do pesquisador em relação à pesquisa (onde, de que maneira, o que utilizar para realizar a pesquisa). O próprio conteúdo do projeto já representa a materialização de escolhas do pesquisador.

Além da organização, planejamento e condução da pesquisa, reconhecem-se outras funções do projeto, tais como: esclarecer ao próprio pesquisador a viabilidade de sua obra, adiantar o trabalho de pesquisa, convencer o leitor de que a proposta é interessante, factível e viável. (BARRAL, 2003, p. 62-63). Com efeito, a importância do projeto pode ser empiricamente comprovada quando se faz pesquisa sem projeto algum.

#### **4 - Estrutura do projeto de pesquisa: exposição e análise crítica**

A estrutura do projeto é um assunto sobre o qual existe grande diversidade de opiniões. A falta de unanimidade de posicionamentos dos estudiosos de metodologia da pesquisa científica existe não só em relação às fases que devem compor o projeto de pesquisa como também em relação à ordem dessas fases.

No entender de Marina Marconi e Eva Lakatos (2001, p. 99), a estrutura do projeto de pesquisa deve conter os seguintes elementos, na seguinte ordem: apresentação, objeto (tema, delimitação do tema, objetivo geral, objetivos específicos), justificativa, objeto (problema, hipótese básica, hipóteses secundárias, variáveis, relação entre variáveis), metodologia (método de abordagem, métodos de procedimento, técnicas de pesquisa), embasamento teórico, cronograma, orçamento, referências. Deisy Ventura (2002, p. 72) sugere o seguinte roteiro: título do projeto/tema, delimitação do tema, formulação do problema, justificativa, objetivos, revisão bibliográfica, glossário/definição de termos, metodologia, plano provisório, cronograma, referências bibliográficas. De um projeto de tese, geralmente, espera-se o seguinte: delimitação do objeto ou do tema, elaboração da hipótese de trabalho,

alguma explicação teórica (para demonstrar que se conhece o assunto razoavelmente), alguma noção metodológica e resultados esperados ou realização da hipótese. (DEMO, 2000, p. 167). Para Elizabete Pádua (2003, p. 148), o projeto de pesquisa requer os seguintes passos: escolha do tema e formulação do problema a ser investigado; definição das hipóteses que levem à solução/explicação do problema; levantamento bibliográfico inicial; levantamento dos recursos metodológicos que serão utilizados para a realização da pesquisa; elaboração do cronograma de trabalho. Geraldo Monteiro e Mônica SAVEDRA (2001, p. 76) apresentam como modelo de roteiro de projeto o seguinte: introdução, definição do assunto, justificativa, formulação da situação problema, hipóteses/questões, indicação das variáveis, objetivos, fundamentação teórica, levantamento de dados/identificação das fontes, procedimento de coleta de dados, cronograma, referências bibliográficas, anexos.

A norma técnica NBR 15287 (ABNT, 2005) tratando dos elementos textuais que devem constar do projeto de pesquisa relaciona: tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s) quando couber(em), objetivo(s), justificativa(s), o referencial teórico, a metodologia, os recursos e o cronograma.

O mais crucial num projeto de pesquisa é que ele responda aos seguintes questionamentos: o que se vai estudar? Por que se vai estudar? Para que e para quem? Onde? Como? Com que? Quanto? Quando? Com quanto?

Diante do exposto, propõe-se o seguinte roteiro para a redação do projeto de pesquisa: *introdução, justificativa, problema* (sempre em forma de pergunta), *hipóteses, objetivos* (geral e específicos), *fundamentação teórica, metodologia, cronograma, orçamento* (se for o caso) e *referências*. Sugere-se que o roteiro (relação de elementos que devem constar do projeto de pesquisa) seja o mais detalhado possível. O que se percebe é que mesmo os alunos que ingressam na pós-graduação, na sua maioria, não têm muita noção de como se faz pesquisa e de como se elabora um projeto.

#### **4.1 - Introdução**

Quanto às partes constitutivas, é importante observar que na introdução do projeto se deve tratar tanto do tema como da sua delimitação. O tema corresponde na verdade ao assunto que se deseja tratar ou desenvolver. É preciso também inseri-lo num universo maior, contextualizando-o com a conjuntura atual. Recorde-se que a diferença que há entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento, além dos métodos empregados na sua obtenção, é que esse tipo de conhecimento é o mais próximo do “verdadeiro” possível. Por outros termos, para provar a proximidade do conhecimento científico com a verdade lança-se mão da possibilidade de comprovação, do aprofundamento e da verticalização do estudo. Assim sendo, para produzir o trabalho científico, tem-se como condição indispensável a delimitação do tema. Deve-se empreender um processo de especificação do tema porque é praticamente impossível dar tratamento científico a um tema amplo, devido à impossibilidade de se verticalizar o estudo de um assunto por demais amplo. Em outras palavras, trabalho científico deve ser fruto de estudo profundo, verticalizado, jamais horizontalizado.

Para delimitar o tema é preciso ter critérios. O processo de delimitação do tema, dentre outros critérios, pode ser feito quanto ao tempo, ao espaço, à extensão, à profundidade ou ao enfoque. O tema pode ainda ser delimitado por vontade alheia ao pesquisador, por exemplo, em decorrência do fator financeiro, no caso de a verba disponível para a pesquisa não ser suficiente para aplicar todos os métodos e as técnicas em princípio idealizados, ou, caso o financiamento seja satisfatório apenas para que a pesquisa seja desenvolvida num universo menor a ser pesquisado.

Uma questão que precisa ser observada quanto ao tema é a sua exequibilidade, sendo que um dos fatores que contribui para que o tema seja exequível é a sua delimitação. Quanto mais delimitado for o tema, maior a probabilidade de realizar uma pesquisa realmente aprofundada, de cunho científico.

Na especificação do tema, Pedro Demo (2000, p. 167) chama a atenção para a necessidade de clareza da exposição, ou

seja, é preciso não deixar dúvidas acerca do objeto de estudo. É importante que o autor do projeto mostre com desenvoltura o que pretende estudar.

Note-se que ao cuidar de tema, é importante fazer distinção entre tema e título, pois muitos os confundem. O tema é o assunto sobre o qual se pretende concentrar o estudo e nesta perspectiva é necessário impor limites ao tema para dar-lhe um tratamento científico. Já o título corresponde àquilo que mais se quer destacar, que mais se quer chamar a atenção no assunto escolhido. Nesta medida, é aconselhável que o título seja escolhido somente após o projeto de pesquisa estar finalizado (considerando a primeira versão do projeto, vez que uma das suas características é a mutabilidade). O mesmo raciocínio aplica-se ao trabalho científico. Só se deve escolher o título do trabalho quando ele estiver concluído.

#### ***4.2 - Justificativa***

A justificativa do projeto corresponde à explanação das razões de ordem teórica e prática que fundamentam a importância de se realizar a pesquisa (MARCONI; LAKATOS, p. 103). Essas razões, ou motivos, devem demonstrar a importância do tema para o autor da pesquisa (BARRAL, 2003, p. 74). Nesta etapa o pesquisador pode, ainda, demonstrar como e por que surgiu o interesse pelo tema.

A justificativa tem muita importância pois é a parte do projeto de pesquisa que mais pode influenciar na sua aceitação, seja pelo professor orientador, seja pelo curso pretendido ou por entidades fomentadoras de pesquisa. Trata-se mesmo de parte crucial na qual o candidato deve expor claramente os argumentos em favor da pesquisa que deseja realizar, provando cabalmente que ela é necessária, exequível e de grande interesse científico. Na justificativa deve, pois, ficar consignada a defesa firme e hábil dos interesses do candidato em favor da sua pesquisa.

Outro ponto que deve ser considerado a respeito da justificativa é que ela é, como se sabe, a parte mais adequada

para o pesquisador demonstrar a inserção do seu projeto na linha de pesquisa oferecida pelo curso de pós-graduação.

#### **4.3 - Problema**

Segue-se à justificativa, a problematização. O problema deve corresponder ao questionamento que se quer resolver. É, na verdade, a pergunta que o objetivo (outra fase do projeto) pretende responder. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2001, p. 103-104) defendem, dentre outros, que o problema deve ser elaborado em forma de pergunta. Na verdade, a pergunta, ou questionamento, deve ser respondida ao final da pesquisa, na conclusão do trabalho. É fundamental observar o relacionamento intrínseco entre as etapas do projeto. Por exemplo, o problema deve relacionar-se diretamente com o tema. O problema corresponde à dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa.

#### **4.4 - Hipótese**

A partir de um problema específico, que corresponde a determinado questionamento, o pesquisador deve formular a hipótese (outra etapa que pode constar do projeto de pesquisa), que consiste em uma provável resposta ao problema levantado no projeto (e, por ser provável, pode ser também provisória). Pode-se dizer que a hipótese é aquilo que o pesquisador supõe seja verdadeiro; é algo pretensamente verdadeiro razão por que precisa ser testada.

A hipótese significa mirar o problema que se quer resolver no tratamento de determinado tema específico. No entender de Pedro Demo (2000, p. 161), através da hipótese o pesquisador delimita ainda mais o tema, pois o prende a determinada pergunta; planejando, assim, o que se deve ler, que dados deve buscar, a que teorias se vincula o problema. A hipótese serve, portanto, como instrumento valioso que reforça a delimitação do tema. O leitor deve observar como todas as partes do projeto se comunicam, se relacionam permanentemente.

A hipótese pode ou não ser confirmada ao longo da pesquisa. O fato de a hipótese ser refutada não significa que o trabalho não valeu, que não teve caráter científico. Uma situação é a não confirmação de uma hipótese decorrente de uma pesquisa ampla, aprofundada e séria. A sua não confirmação tem valor científico e, do ponto de vista prático, será útil aos que futuramente pretendam pesquisar o mesmo tema, na medida em que já saberão que aquela possibilidade de solução não atende àquele questionamento.

Situação distinta é o fato de a hipótese não se confirmar porque o pesquisador, geralmente iniciante, ao elaborar o projeto, tem conhecimento superficial da matéria. Às vezes, um conhecimento decorrente do senso comum, de leituras de manuais. Weber Barral (2003, p. 71) afirma que, nesses casos, as hipóteses não se confirmam. Em tais casos, a não confirmação da hipótese não representa contribuição significativa para a ciência, vez que não se tem como saber se a hipótese não se confirmou porque não respondia realmente ao problema ou se foi por pouco ou nenhum preparo do pesquisador.

#### **4.5 - Objetivos**

O vocábulo “objetivo” remete à finalidade almejada, projeção, desejo de realização. O objetivo deve esclarecer o que se pretende alcançar e qual o resultado que se espera alcançar com a execução da pesquisa.

Os “objetivos” se subdividem em: geral e específicos. O objetivo geral é único e corresponde à finalidade principal da pesquisa, dando conta de forma abrangente do todo. Ele está intrinsecamente vinculado ao problema, vez que a finalidade da pesquisa deve responder à indagação representada pelo problema. Os objetivos específicos são em certa medida desdobramentos do objetivo geral, os quais se materializam nos capítulos do trabalho final.

#### **4.6 - Fundamentação teórica**

A fundamentação teórica é também chamada de embasamento teórico ou referencial teórico e corresponde à fase



do projeto de pesquisa em que o pesquisador demonstra os alicerces, a base teórica que servirá para respaldar a pesquisa.

O conteúdo da fundamentação teórica será informado pela coleta de dados. A coleta de dados corresponde ao levantamento de dados importantes para a abordagem do tema, ou melhor, ao recolhimento do máximo possível de informações acerca do assunto objeto da pesquisa, podendo-se identificar dados primários (os que nunca foram coletados), como consulta a documentos oficiais e/ou originais, entrevistas, amostras e dados secundários (os já coletados e documentados: dados bibliográficos). (BITTAR, 2002, p. 195).

É importante ressaltar, entretanto, que a fundamentação teórica vai se constituir principalmente de dados oriundos de pesquisa bibliográfica, pois visa a mostrar o estágio de discussão de determinado assunto entre os estudiosos do tema. Deve corresponder ao conhecimento atual do problema. (BARRAL, 2003, p. 74).

Duas questões que não podem deixar de ser abordadas quando se trata de fundamentação teórica são a quantitativa e a qualitativa. A questão quantitativa remonta a determinadas perguntas: o quanto pesquisar? Quantas obras do tema tem de se ler para redigir uma fundamentação teórica satisfatória?

O mais correto, entretanto, seria dar conta do tema, ou seja trabalhar o suficiente para que o tratamento tenha corpo científico satisfatório. Os limites serão sempre imprecisos, embora seja mais importante a qualidade do tratamento do que a quantidade. Não é recomendável instituir o número de páginas previamente a serem escritas, porque conduz à acomodação ou a redução, sendo mais fundamental o exercício de argumentação, que pode ganhar em graça se for mais sucinto. (DEMO, 2000, p. 164).

Ensinando como fazer uma boa fundamentação teórica, Pedro Demo (2000, p. 164) observa que se deve começar lendo a bibliografia apropriada de maneira sistemática e reconstrutiva. Segundo esse autor, não é suficiente apenas repassar autores

para dizer o que foi dito por cada um, mas é essencial construir base teórica de caráter explicativo. A teoria é fundamental para oferecer possibilidades explicativas do fenômeno, trabalhando as razões de ser assim e não de outra forma. Na escolha da bibliografia adequada ao tema é fundamental o auxílio do orientador. A qualidade da fundamentação teórica reflete-se diretamente na qualidade do trabalho científico, sobretudo, se as técnicas escolhidas para a pesquisa resumem a pesquisa bibliográfica.

A fundamentação teórica é constituída pela revisão bibliográfica, pela definição de termos e pela teoria de base (esta não é essencialmente obrigatória).

A revisão da bibliografia é o relato do pensamento dos principais autores que já trataram do tema a ser abordado. Ela também é chamada de revisão da literatura, correspondendo à discussão das obras dos autores que já trabalharam o mesmo tema que se vai pesquisar. Melo do Nascimento (2002, p. 165) fundamenta a revisão bibliográfica no princípio da autoridade, por isso se o pesquisador for iniciante deve-se apoiar na palavra de determinado autor que seja *expert* no assunto.

Na fundamentação teórica definem-se os termos técnicos, os quais serão bastante utilizados ao longo do trabalho científico. Trata-se de estabelecer com precisão e rigor o significado e o sentido de determinado termo na pesquisa. Esse cuidado é importante para evitar erros de interpretação, que possam depois comprometer os resultados da pesquisa.

A teoria de base cumpre a mesma função da revisão bibliográfica, pois fornece explicações teóricas para determinado fenômeno. Estas explicações podem ser procuradas nas obras de autores especialistas no assunto ou no pensamento de um único autor que desenvolveu uma teoria sobre o assunto. Neste caso, ter-se-á a teoria de base.

#### **4.7 - metodologia**

A metodologia corresponde à fase em que se dá resposta às seguintes indagações: como? Com que? Ou seja, como realizar a pesquisa e com que instrumentos.

O vocábulo “metodologia” deriva do termo “método”.

O termo ‘método’ retira sua origem do grego *méthodos*, de onde derivou, em latim, *methodus*, e, então a absorção pelas línguas neolatinas (método, *methode...*), significando ‘caminho’. Assim, a própria significação da palavra ‘método’ indica que sua função é instrumental, ligando dois pólos, a saber, um pólo de origem ou ponto de partida (estado de ignorância), outro pólo de destinação ou ponto de chegada (estado de conhecimento). (BITTAR, 2002, p. 9).

É correto afirmar, então, que “metodologia” é o estudo do caminho a ser seguido para a produção do conhecimento científico. A metodologia deve englobar o método de abordagem, os métodos de procedimento e as técnicas de pesquisa. Entretanto, na metodologia não se deve apenas relatar a lista de métodos e de técnicas a ser empregada na pesquisa, mas sim justificar a escolha de cada um deles em detrimento dos demais.

Nota-se que não há unanimidade por parte dos estudiosos de metodologia quanto às espécies de métodos de abordagem e de procedimento. Não é incomum encontrar determinado autor que não mencione certo método de abordagem e que este seja reconhecido como tal por outro autor. O mesmo se aplica aos métodos de procedimento.

Os métodos de abordagem dizem respeito ao caminho do raciocínio, a como se vai utilizar o raciocínio na pesquisa, e qual a lógica deste raciocínio. Welber Barral (2003, p. 74) esclarece que o “[...] método de abordagem refere-se à estrutura geral da pesquisa, à estrutura dos capítulos”, isto é, pode-se utilizar o método dedutivo para a estrutura do trabalho e, em alguma parte ou capítulo do trabalho, utilizar o método indutivo. Dentre os métodos de abordagem utilizados com mais frequência estão: o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético. No método indutivo, em regra, parte-se da observação de fenômenos particulares para concluir uma proposição mais geral que deverá ser aplicada a outros

fenômenos. É um método generalizador. No método dedutivo parte-se do geral para o particular. Há uma premissa geral, que não pode ser colocada em dúvida, a qual se aplica aos casos particulares. O raciocínio inerente a esses métodos são opostos entre si. O método hipotético-dedutivo foi criado a partir de críticas ao método indutivo. Para os defensores do método hipotético-dedutivo, o método não se justifica pois o salto indutivo de *alguns* para *todos* exigiria que a observação de fatos isolados atingisse o infinito, o que seria impossível por maior que fosse a quantidade de fatos observados. (GIL, 1999, p. 30). O método dialético, que destaca o inter-relacionamento entre os opostos, é representado pelo esquema: tese – antítese – síntese.

Já os métodos de procedimento dizem respeito ao que se vai fazer, ou seja, a ações mais concretas da pesquisa. Sua utilização corresponde a ações mais praticas e efetivas relacionadas ao objeto de estudo. Esses métodos servem para pôr em prática determinado procedimento que vai resultar na produção do conhecimento. Dentre os métodos de procedimento destacam-se: o histórico, o comparativo, o monográfico, o estatístico, o funcionalista e o estruturalista. Em geral, o aparato procedimental de uma pesquisa determinada envolve vários métodos de procedimento.

As técnicas de pesquisa correspondem aos instrumentos de coleta de dados. Segundo o entendimento de Marconi e Lakatos (2001, p. 64), o levantamento de dados é feito através da pesquisa documental, da pesquisa bibliográfica e da documentação direta, que é o levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

A metodologia da pesquisa deve estar relacionada com o tema e com os objetivos. Define-se a metodologia adequada ao trabalho científico somente depois de refletir sobre o problema, as hipóteses e os objetivos.

#### **4.8 - Cronograma e orçamento**

O cronograma está ligado à idéia de planejamento. É o espaço no projeto de pesquisa que possibilita ao pesquisador listar as atividades a serem desenvolvidas ao longo da

elaboração do trabalho científico. Mediante o cronograma estabelece-se a relação entre as atividades a serem desenvolvidas e o tempo disponível. A pesquisa é organizada em partes, devendo-se fazer a previsão do tempo necessário para se passar de uma parte para a outra. (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 112).

O cronograma bem planejado e exequível é de grande valia no processo de elaboração do trabalho científico. Mas, ainda mais essencial do que o cronograma é o seu efetivo cumprimento. Isso porque, a despeito dos que acreditam que não se pode marcar o tempo para produção do conhecimento científico, os prazos existem quer quando se está vinculado a um curso de pós-graduação quer quando a pesquisa é financiada por uma instituição de fomento.

A obediência ao cronograma contribui para a qualidade, vez que a pesquisa e redação do trabalho não são feitos sem reflexão, de forma atabalhoada, apressada, visando apenas a cumprir prazos.

Finalmente, é preciso dizer que a apresentação formal do cronograma geralmente é feita em quadro ou tabela no qual se listam as tarefas a cumprir e o período de tempo disponível para tanto. (VENTURA, 2002, p. 80).

O orçamento liga-se à idéia de planejamento, porém relacionado ao fator verba disponível. O orçamento é item indispensável do projeto de pesquisa, principalmente se for submetida ao financiamento de determinada instituição. O orçamento, nesse caso, é importante para a instituição financiadora, pois esse instrumento especifica os valores a serem envolvidos na execução do trabalho para que nem falte nem se gaste mais do que se planejou (HENRIQUES, 2003, p. 17). O orçamento é de grande utilidade também para o próprio pesquisador, porque serve para controlar os gastos ao longo da realização da pesquisa.

#### **4.9 - Referências**

A fase das referências do projeto de pesquisa encerra o roteiro aqui proposto pelos autores. O termo “referência” é

definido pela norma técnica que disciplina a matéria (ABNT, 6023 2002, p. 2) nestes termos: “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.” O mesmo texto normativo, ao tratar da ordenação das referências, afirma que as referências dos documentos citados no trabalho é que devem compor o item “referências”. (ABNT 6023, 2002, p. 20). A norma técnica que disciplina a apresentação de projeto de pesquisa, ao tratar das referências, limita-se a: “elemento obrigatório. Elaboradas conforme a ABNT NBR 15287.” (ABNT, 2005, p. 4).

Há certa divergência entre os autores no que respeita ao que deve ser efetivamente esse item do projeto. Welber Barral (2003, p. 83) nomeia essa fase de levantamento bibliográfico inicial e defende que nesse item devem estar descritos todos os documentos e obras já obtidos pelo pesquisador, como também os relacionados para futura consulta. Outros entendem que devem estar contidos nas referências as obras, os artigos de periódicos, os jornais utilizados na elaboração do projeto; portanto, todas as referências consultadas. (VENTURA, 2002, p. 81; MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 113).

Nas referências devem constar as fontes citadas, mas, paralelamente, o pesquisador deve elaborar outra lista contendo tudo o que ele coletou em relação ao assunto. Esta lista, que não deve constar do projeto, servirá como um ponto de partida para se dar continuidade à coleta de dados.

Em resumo conclusivo, diga-se que o projeto de pesquisa é entendido como um todo, um corpo, um sistema, em que cada parte exerce determinada função. Há ligação intrínseca entre as partes. A função do objetivo é responder às indagações formuladas no problema; a hipótese, por ser uma suposta resposta, liga-se diretamente ao problema; a metodologia deve ser escolhida, focada na realização do(s) objetivo(s); a fundamentação teórica deve estar em consonância com o tema e a sua delimitação.

## 5 - Considerações finais

Fazer um projeto de pesquisa exige dedicação e abordagem adequada do tema. Não procure facilidades na sua elaboração. Leia bastante, prepare-se com antecedência para cuidar de todos os detalhes. Elabore o projeto, de preferência, partindo de problema real que tenha a ver com a realidade, notadamente a sua realidade local.

Procure por todos os meios adaptar o seu projeto à linha de pesquisa do Programa de pós-graduação. A escolha adequada da linha de pesquisa poderá determinar o sucesso ou o fracasso da sua pretensão. Se possível, caso o Programa o permita, selecione também, o orientador com quem deseja pesquisar, naturalmente depois de ler atentamente o currículo dele.

As fases do projeto de pesquisa devem manter interação entre si. É a mesma simbiose que deve haver entre o projeto e a pesquisa. Se a pesquisa toma rumos distintos do projeto, então está na hora de repensar um deles. Ou se faz outro projeto que se adapte aos novos objetivos do autor, ou se enquadra a pesquisa no que está descrito no projeto, isto é, se segura a rédeas da pesquisa e a direciona para o projeto. Só dessa forma se garante a principal finalidade do projeto, que é assegurar a qualidade da pesquisa científica.

O que ficar consignado no projeto de pesquisa deve ser observado até a redação da última linha do trabalho final. Este deve ter por norte sempre o projeto. A relação entre ambos é de corpo e alma. Evite por isso fazer um projeto supérfluo, que é aquele que nada tem a ver com o trabalho final, isto é, que não o ilumina, que não o conduz, que não o leva por caminhos seguros.

Para terminar, vale um aviso muito útil. Se pretende fazer pós-graduação *stricto sensu* no exterior, procure com diligência as boas universidades para não ter surpresas na hora da revalidação do seu diploma. Não faça portanto curso no exterior do qual possa se arrepender para o resto da vida. Pós-graduação no estrangeiro deve ser motivo de orgulho, jamais

de vergonha. Por essa razão procure curso que tenha as qualidades exigidas pelas instituições acadêmicas nacionais. Contudo, se mesmo sabendo de antemão das deficiências de determinada instituição, decide-se por fazer curso ruim, deve então assumir o ônus de tão temerária escolha.

#### **Research project in Law Post-Graduation**

**ABSTRACT.** The present article deals, in a general way, with the importance of the elaboration of the research project as an obligatory presupposition in the writing of a dissertation or thesis. In the text we analyze the stages that make up the project, by demonstrating how each of these stages contributes for the realization of the first purpose of the project, which is to guarantee the scientific character of the academic work, by means of the organization of the research.

**Keywords:** Research project. Scientific methodology. Law Post-Graduation.

## **6 - Referências**

BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1983. (Coleção estudos, 85).



FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. *Pesquisa em Direito e redação de monografia jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Iniciação à pesquisa científica*. 4. ed. Campinas: Alínea, 2005.

HENRIQUES, João Bosco Medeiros. *Monografia no curso de Direito*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. 5. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. *Metodologia do trabalho científico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. *Metodologia científica para o curso de Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu M.; SAVEDRA, Mônica Maria G. *Metodologia da pesquisa jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do trabalho científico*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O trabalho científico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Construindo o saber - metodologia*

científica: fundamentos e técnicas. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989. p. 137-143.

PARDINAS, Felipe. *Metología y técnicas de investigación en ciencias sociales*. 25.ed. México: Siglo XXI, 1982.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projeto de estágio e de pesquisa em Administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VENTURA, Deisy. *Monografia jurídica*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.